

3.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que o Ministro da Administração Interna, por seu despacho de 18 do mês em curso, autorizou a seguinte transferência de verba, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma:

CAPÍTULO 4.º

Administração Local

Direcção-Geral

Despesas correntes:

Do artigo 57.º «Transferências — Sector público»:

N.º 1 «Subsídios às câmaras municipais, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 173/73, de 16 de Abril» 7 000 000\$00

Para o artigo 56.º «Despesas gerais de funcionamento»:

N.º 4 «Trabalhos especiais diversos» 7 000 000\$00

3.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 21 de Fevereiro de 1975. — O Director, *Alberto Rosa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho ministerial

O limite a que alude a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 671/74, de 29 de Novembro, é fixado em 5000 contos.

Esse limite poderá ser revisto em função dos resultados da experiência que entretanto for colhida e em face da evolução da conjuntura.

Ministério das Finanças, 17 de Fevereiro de 1975. — O Ministro das Finanças, *José da Silva Lopes*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO EXTERNO E TURISMO

Despacho

A evolução verificada, no decurso do pretérito ano, nos preços internacionais de fibras têxteis, especialmente nos do algodão, da lã e mesmo nos das fibras artificiais e sintéticas, caracterizou-se não raras vezes por aspectos pouco coerentes.

Considerada a extrema importância que a instabilidade dos preços das referidas matérias-primas, naturais e químicas, apresenta quanto ao abastecimento da indústria têxtil nacional e consequentemente ao

próprio processo de transformação de produtos especialmente destinados à exportação, que por tal facto se pode ver comprometida, se não for observada a preocupação, entre outras, do melhor preço, o que redundará em prejuízo da economia do País, no âmbito da competência que foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 429/72 ao Instituto dos Têxteis, determino:

1.º Devem todos os contratos de importação de matérias-primas têxteis, para se tornarem efectivos, passar a ser obrigatoriamente visados pelo Instituto dentro do prazo de dez dias após a data da sua celebração.

2. Os respectivos boletins de registo prévio de importação apenas poderão ser emitidos após a aprovação desses contratos pelo Instituto, cuja decisão terá de ser comunicada ao importador até um prazo máximo de oito dias após a data da sua recepção, período a partir do qual, no caso de não haver qualquer comunicação da entidade licenciadora, deverá o contrato considerar-se tacitamente aprovado.

Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo, 18 de Fevereiro de 1975. — O Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, *José Vera Jardim*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-Lei n.º 97/75

de 1 de Março

Considerando a urgência em dotar o Ministério dos Negócios Estrangeiros de um órgão de concepção, estudo e planeamento;

Atendendo a que o órgão a criar ficará na dependência directa do Ministro ou do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, não resultando da sua criação qualquer interferência com a reforma da orgânica do Ministério, já em estudo;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 16.º, n.º 1, 3.º, da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado no Ministério dos Negócios Estrangeiros um Gabinete de Estudos e Planeamento, que funcionará junto dos Gabinetes do Ministro e do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Art. 2.º — 1. O Gabinete será dirigido por individualidade de reconhecido mérito e competência, de livre escolha do Ministro, a quem será atribuída a categoria e os vencimentos correspondentes à letra B do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969.

2. O director do Gabinete de Estudos e Planeamento será coadjuvado por um adjunto, escolhido pelo Ministro entre os ministros plenipotenciários de 2.ª classe do quadro do serviço diplomático.

3. Para assegurar os serviços do Gabinete, o Ministro poderá contratar, a título eventual, individualidades de reconhecido mérito e especialmente qualificadas nos sectores da ciência política, da economia e das relações e do direito internacionais.